

Cascavel, 30 de setembro de 2021.

**Referência:** Processo nº 001020/2021

Pregão Eletrônico 074/2021 – UNIOESTE/HUOP

**Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por lote, objetivando a Contratação de empresa especializada em esterilização em óxido de etileno para reprocessamento de produtos para saúde.**

***Ementa:*** *Análise de pedido de recurso em face da decisão de sua desclassificação no PE 074/2021-HUOP.*

## ***I - DOS FATOS***

Trata-se de recurso protocolado pela empresa G&S **ESTERILIZAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, CNPJ: 07.426.068/0001-86 a qual apresentou, tempestivamente, suas razões, que seguem:

***“RECURSO :***

*No Dia dez de setembro de dois mil e vinte um, ocorreu a abertura das propostas e recebimento dos lances referente ao pregão eletrônico nº: 074/2021, a empresa G&S Esterilização de Produtos para Saúde LTDA (CNPJ: 07.426.068/0001-86) foi a vencedora do certame, ultrapassando a margem de 25% (Vinte e cinco por cento) de preço menor da segunda colocada. VISTO que nossa condição de trabalho devido a estrutura e quantidades de clientes que a mesma atende, onde inclusive tem atendido nesses últimos anos o próprio HUOP sem reclamações e com excelencia nos*

*serviços prestados. Após vencedora a empresa G&S Esterilização foi solicitada a encaminhar algumas documentações e uma delas foi a CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO RESPONSÁVEL TÉCNICO JUNTO AO COREN, neste momento a empresa anexou a certidão que possuía não se atentando que a mesma estava vencida, porém não nos foi comunicado nem solicitado uma vigente, tendo em vista que esta certidão é emitida online e na hora do pedido, podendo assim ser substituída no exato momento, contudo fomos desclassificados.*

*Mediante tais esclarecimentos, solicitamos a revisão do processo de desclassificação, visando a qualidade de atendimento que a empresa G&S Esterilização vem prestando nesses anos todos junto ao HUOP e a imensa disparidade de preço, lesionando os cofres públicos caso não seja revisado essa desclasificação. Estamos com todos documentos emitidos e válidos.*

*certo de contar com vossa interpretação favorável junto ao excelente preço e serviços prestados e considerando a melhor opção possível para o excelente funcionamento público elevamos a recíproca consideração e estima.*

*Obrigado”*

Contrarrazões anexadas ela empresa STERILE SERVICOS DE ESTERILIZACAO – EIRELI, CNPJ: 00.089.343/0001-74:

*“CONTRARRAZÃO :*

*À Comissão de Licitação*

*Pregão eletrônico 074/2021*

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
(Hospital Universitário)*

*Em resposta ao recurso impetrado pela Concorrência no Pregão eletrônico 074/2021 temos a aduzir ponto a ponto:*

*Em relação ao preço que foi listado pela concorrente, em dois itens, que demonstraram estar completamente fora de mercado, sendo impraticáveis, há que se considerar que não pode haver dúvidas na desqualificação da empresa pois versa claramente no Edital no parágrafo 11.10 que “será desclassificada a proposta vencedora com valores superiores aos preços máximos fixados no anexo I ou “que apresentar preços manifestamente inexequíveis assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado”(grifo meu). Ora, cobrar R\$ 0,053 para reprocessar um kit respirador, em que há quatro traqueias longas um copos grande e várias conexões, e que se sabe que o papel para acondicionamento custa certamente mais do que cem vezes esse valor é inexequível. Pode esse valor ter sido colocado, para abaixar o montante total do valor do orçamento? Quem o sabe, apenas que o que foi escrito, escrito está. Uma Licitação não admite correções posteriores. A Stérile já esteve desclassificada no próprio HU, por valor de um (hum) centavo que não foi listado (também uma falha de digitação), e à época nem recurso impetrou, pois estava no Edital e foi cumprido. Não é possível corrigir depois de licitado. Não dá pra pedir desculpas.*

*Em relação à documentação apresentada pela concorrência no ato licitatório:*

*Dos documentos pedidos no horário do certame, a saber*

*Documentos apresentados, todos estão disponíveis através do Certame Licitatório. São públicos.*

*A concorrente apresentou Certidão de Regularidade Cadastral no Coren, da Responsável Técnica, porém vencida (validade 27 de Agosto de 2021). Sabia previamente pelo Edital que deveria apresentar documento atualizado.*

*Certidão Negativa de débitos tributários e dívida ativa estadual, que também foi apresentada vencida em 26 de fevereiro de 2020( mais de um ano).*

*Em relação à Certidão Negativa de Débitos junto ao Coren da Enfermeira Marineide Aparecida Pinheiro de Oliveira, também foi apresentada com a validade vencida em 12 de junho de 2021*

*Últimos três documentos listados, retirados do Certame.*

*Em relação à alegação de que a concorrente foi a vencedora na etapa de lances, o foi por ter errado, como mesmo admitiu à Leiloeira, na digitação de valores, não por efetivamente ter os menores preços, além do fato de os preços digitados serem impraticáveis sob pena de prejuízo grande da concorrente que ao final talvez não arcasse com os custos, ou necessitasse diminuir a qualidade do serviço prestado para poder manter o acordado no certame.*

*A alegação sobre a quantidade de clientes e excelência do serviço não substitui a necessidade de documentação adequada. Note-se que a concorrente presta serviços junto ao HU mas não por licitações diferentes, e sim porque o contrato foi prorrogado à exaustão.*

*Nós da Stérile damos emprego em Cascavel, pagamos impostos em Cascavel, temos como clientes todas as clínicas oftalmológicas da cidade, Hospital Universitário FAG, e estamos há 27 (VINTE E SETE) anos no mercado, e não temos nem uma conta de luz atrasada. Não temos nenhuma queixa de nenhum cliente nosso. Só não participamos de licitações do HU porque não houve licitação.*

*O Edital é claro, nos Itens 10.2.1.2 e 10.2.1.3 A lei é clara, dizendo “por ocasião da participação em certames licitatórios, ficam obrigadas a apresentar toda documentação exigida em edital, inclusive , as pertinentes a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que estas apresentem algumas restrição, sob pena de inabilitação”; e “havendo alguma restrição nos documentos*

*apresentados para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será concedido prazo máximo de 05 (cinco) dias uteis contados a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame (grifo meu), prorrogável por igual período para apresentação de nova documentação já isenta das restrições apresentadas anteriormente, visando desta forma a comprovação da regularidade. Está na Lei 123/2006. Estes itens elencados no regulamento do certame não deixam dúvidas, clareando o fato de que documentação para ser apresentada posteriormente, só para a empresa declarada vencedora, e somente para caso de ajuste de regularidade fiscal e trabalhista (grifo meu).*

*Atenciosamente,*

*Cascavel, 23 de Setembro de 2021*

*Antônio Carlos de Andrade Soares*

*Diretor”*

Estes são os fatos apresentados. Relatados, passa-se a decidir.

## **II – DA APRECIÇÃO**

Pois bem, a empresa **G&S ESTERILIZAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, CNPJ: 07.426.068/0001-86, participou do Pregão Eletrônico 074/2021 ficando desclassificada pelo motivo “Conforme análise técnica: CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO COREN VENCIDA”.

A abertura da licitação ocorreu no dia 10/09/2021, iniciando-se com a etapa de lances.

Após o encerramento da fase de lances, onde a empresa recorrente ficou em primeiro lugar, observou-se uma grande diferença em relação ao valor máximo do Edital referente ao item 27 que era de R\$ 55.025,00 para o total de 2.500 unidades, valor unitário de R\$ 22,01. Sendo o melhor lance da empresa no valor total de R\$ 5.445,00, ficando o valor unitário em R\$ 2,178.

Dessa forma, foi solicitado pelo chat que a empresa confirmasse o valor do lance do referido item. Em sua primeira resposta a empresa informou “R\$: 22,00 valor do item, R\$: 55.000,00 (2.500 itens)”.

Sendo assim, foi enviada nova mensagem para a empresa, sendo: “O valor do último lance para o item foi de R\$ 5.445,00 (valor total para as 2.500 unidades), se vossa empresa não manter esse valor, teremos que realizar a desclassificação, pois não podemos aceitar valor acima do registro no sistema Comprasnet.”.

Na sequência a empresa nos respondeu informando: “ok, foi erro de digitação, MAS MANTEMOS SIM! Valor total R\$: 5.425,00 (2.500 unidades) – Valor unitário R\$: 2.17”

Posteriormente enviou nova mensagem: “reduzimos para fechar em 2 casas após a virgula no valor unitário Item 27 – R\$: 2,17 valor do item, R\$: 5.425,00 valor total (2.500 itens)”.

Dessa forma, mesmo a empresa afirmando ter sido um erro de digitação, manteve o valor para evitar a sua desclassificação.

A empresa STERILE SERVICOS DE ESTERILIZACAO – EIRELI, em suas contrarrazões, identifica que o valor do último lance do item 44, lançado pela recorrente está inexecutável, o valor máximo do Edital é de R\$ 56,10 unitário, sendo que o melhor lance da recorrente ficou em R\$ 0,053 a unidade.

Observa-se assim, que em mais um item pode ser evidenciado outro possível erro de digitação da empresa recorrente.

Seguindo, passou-se para a análise dos documentos anexados pela empresa recorrente no sistema Comprasnet.

O Edital traz, que os documentos de habilitação exigidos no Edital devem ser anexados no sistema até a data e o horário da abertura da sessão pública:

*“7.4 - Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (Art. 26, do Decreto Federal n.º 10024/2019).”*

O Edital traz ainda, no item 7.7:

*“7.7 - Como requisito para a participação no Pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.”*

Sendo assim, considerando que é um requisito essa manifestação no sistema, é de entendimento que a empresa tem pleno conhecimento e atende às exigências de habilitação e, fez a total leitura do Edital e deveria possuir e anexar todos os documentos de habilitação necessários até a data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

Em análise a documentação anexada pela empresa constatou-se a falta dos seguintes documentos:

- Certidão negativa de débitos estadual;
- Certidão de Responsável técnico - RT: profissional de nível superior legalmente habilitado, que assume perante a vigilância sanitária a responsabilidade técnica pelo serviço de saúde ou pela empresa processadora, conforme legislação vigente;
- Prova de registro dos responsáveis técnicos da empresa proponente no respectivo conselho profissional da sede do proponente.
- A comprovação do vínculo do responsável técnico com a empresa deverá ser feito através da certidão de pessoa jurídica expedida pelo seu respectivo conselho profissional;
- Prova de regularidade dos responsáveis técnicos da empresa proponente no respectivo conselho profissional da sede do proponente.
- Cópia do Certificado de Licença Sanitária, da proponente (sede e filial), dentro da validade;

Conforme previsto em Edital foi solicitado o anexo dos documentos informados acima, como documentação complementar:

*“11.5 - Além do envio da proposta também poderá ser solicitado documentos complementares aos já anexados pela empresa.”*

Também foi solicitado o anexo da proposta atualizada com os valores finais, conforme item 11.4 do Edital:

*“11.4 - Após a verificação constante no item 11.3, a pregoeira encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. O fornecedor convocado deverá encaminhar via sistema Comprasnet a proposta comercial assinada, de acordo com o último lance ofertado ou valor negociado via chat com a pregoeira, contendo os valores totais e unitários, sendo que os valores unitários não poderão ser superiores aos valores máximos unitários do edital. Caso a pessoa que assine a documentação o faça por meio de procuração é necessário enviar a procuração.”*

Sendo concedido o prazo de 2 (duas) horas para anexo da proposta atualizada e da documentação complementar, conforme Edital:

***“11.6 - Do envio da proposta como anexo no sistema comprasnet***

***11.6.1 - O envio do proposta adequada e de documentos complementares deve ser efetuado por meio do link “Anexar” num prazo máximo de 02(duas) horas após a convocação do pregoeiro. A função de enviar anexo do fornecedor desaparecerá quando o pregoeiro clicar no botão “Encerrar Convocação”.***

Após o prazo de anexo foi realizada a avaliação da documentação complementar anexada pela empresa, sendo que a Equipe Técnica constatou que a Prova de regularidade do responsável técnico da empresa proponente no respectivo conselho profissional da sede do proponente estava válido até 27/08/2021, ou seja, estava vencida para o certame.

A empresa não anexou a certidão negativa de débitos estadual, informando:



*“Segue a ultima gerada, (vencida) a mesma já foi solicitada junto a receita estadual, devido a empresa se SIMPLES NACIONAL, não temos de emissão imediata.”*

Conforme Edital, para este documento em específico, por se tratar de regularidade fiscal e pela empresa ser enquadrada no tratamento diferenciado para microempresa (me) e empresa de pequeno porte (epp) Lei 123/2006, poderia ter sido concedido prazo para regularização conforme segue:

*“10.2.1.3 - Havendo alguma restrição nos documentos apresentados para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será concedido o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, para apresentação de nova documentação já isenta das restrições apresentadas anteriormente, visando desta forma, a comprovação da regularidade.”*

A empresa também não anexou a proposta final atualizada com os valores dos últimos lances, alegando que não tinha acesso no sistema Comprasnet, aos valores dos últimos lances por ela ofertados.

Dessa forma, foi realizada a desclassificação da empresa, pelo motivo de ter anexado certidão de regularidade do Coren vencida, uma vez que o Edital prevê um único prazo de anexo de documentos complementares.

### **III – CONCLUSÃO**

Diante dos fatos relatados, considerando o contido no recurso e na contrarrazão, esta comissão recebe o recurso, por ser tempestivo, contudo, no mérito, julga-o improcedente, negando-lhe provimento.

À elevada apreciação do Diretor Geral, considerando os apontamentos desta subscritora.

Atenciosamente,

**Verônica Zanchettin**

*Pregoeira*